

Lx-Europa 2020

Lisboa no quadro do próximo período de
programação comunitário

NOVEMBRO 2012

Equipa de Missão:

Teresa Almeida
Helena Simas
Pedro Grilo

Consultores:

Ana Pinho
Vítor Escária

Maria José Ribeiro (Gab PCML)

Comissão de Acompanhamento:

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Vereador eleito pelo PSD – Vitor Gonçalves e/ou Mafalda Magalhães de Barros
Vereador eleito pela CDU – Ruben de Carvalho
Vereador eleito pelo CDS – António Carlos Monteiro
Vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos por Lisboa – Helena Roseta
Universidade de Lisboa - Prof. Doutor. António Sampaio da Nóvoa
Universidade Técnica de Lisboa - Prof. Doutor António Cruz Serra
Universidade Nova de Lisboa - Prof Doutor José Esteves Pereira
Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa /IUL- Arq. Vasco Rato
Instituto Politécnico de Lisboa - Prof. Doutor Luís Manuel Vicente Ferreira
AERLIS - Dr. António José Ferreira de Carvalho
ATL – Dr. Vítor Costa
Associação Comercial de Lisboa - Dr. Pedro Madeira Rodrigues
UACS - Dr.ª Carla Salsinha
AECOPS – Eng.º. Ricardo Pedrosa Gomes
Fórum Empresarial do Mar – Eng.º. Fernando Ribeiro e Castro
Prof. Doutor João Bento
Dr. Rui Vilar
Dr. Miguel Lobo Antunes
Prof. Doutor Rui Vieira Nery
Representante do Conselho Municipal de Educação
Representante do Conselho Municipal de Integração da Pessoa com Deficiência
Representante do Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania
Representante do Conselho Municipal de Segurança
Representante do Conselho Municipal de Habitação
Representante do Conselho Municipal de Juventude
Representante do Conselho Municipal de Desporto

Índice

Nota prévia.....	2
1 Enquadramento: As oportunidades para Lisboa no quadro da Estratégia Europa 2020.....	3
1.1 Os objetivos da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão para o próximo período de programação.....	4
1.2 A dimensão urbana da Estratégia Europa 2020.....	5
1.3 Os instrumentos da Estratégia Europa 2020 e da Política Coesão	6
1.4 Governança	7
2 Lisboa e a Estratégia Europa 2020: as mensagens.....	9
3 Os desafios e as ameaças.....	13
4 Um desígnio para Lisboa	16
4.1 A visão e os objetivos	16
4.1.1 A visão	16
4.1.2 Os objetivos.....	16
4.2 Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade: as linhas de ação.....	18
4.2.1 Mais pessoas	19
4.2.2 Mais emprego	22
4.2.3 Melhor cidade	29
4.3 As intervenções	37

Nota prévia

Encontra-se atualmente em discussão, no quadro europeu, o novo ciclo de programação comunitária 2014-2020.

Nas propostas que foram apresentadas, e que estão em discussão, está previsto um papel reforçado para as cidades na promoção do desenvolvimento sustentável da União Europeia, novos e inovadores instrumentos de políticas públicas e é defendido que a execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa entre cidadãos, empresas e instituições sociais, bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente as autarquias locais.

A cidade de Lisboa, consciente das suas responsabilidades e da relevância que os instrumentos de apoio comunitário podem ter na implementação da estratégia de desenvolvimento da cidade, assumida em documentos como, por exemplo, o Plano Diretor Municipal (PDM) recentemente aprovado, entendeu criar uma Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 e dinamizar uma parceria ativa e participada com todos os agentes necessários e indispensáveis à elaboração e execução dos projetos estratégicos para a cidade, designadamente as instituições de ensino superior, os agentes económicos, sociais e culturais, outras instituições públicas e do setor social, que permita a execução de uma estratégia urbana integrada.

O Acordo de Parceria, que deverá ser assinado entre o Estado português e as instituições comunitárias, é de uma importância fulcral. Para defender os interesses nacionais é fundamental ter bem identificadas as prioridades e as áreas de intervenção estratégicas.

O documento ora apresentado assume-se como um contributo para o difícil processo de negociação que está em curso. É o resultado da parceria estabelecida com os atores da cidade, nomeadamente os representados na Comissão de Acompanhamento da Missão Lisboa/Europa 2020. Identifica questões que são consideradas como fundamentais para promover o desenvolvimento de Lisboa, e, pelo papel que esta assume, contribuir para o desenvolvimento de Portugal. Sinaliza também tipologias e áreas de intervenção que foram identificadas, de forma ainda preliminar, como centrais na implementação da estratégia de desenvolvimento de Lisboa.

Este documento constitui, assim, o resultado preliminar de um processo que deverá prosseguir e culminar na identificação e preparação dos projetos concretos que darão resposta aos desafios que a cidade enfrenta. Para que esses projetos sejam passíveis de apoio pelos instrumentos de política pública que vierem a ser criados é crucial que a negociação do Acordo de Parceria contemple as tipologias e instrumentos de intervenção que aqui são identificados.

1 Enquadramento: As oportunidades para Lisboa no quadro da Estratégia Europa 2020

Num contexto caracterizado pela mudança acelerada, os indivíduos, as empresas, as cidades e os territórios estão ameaçados se não planearem e prepararem convenientemente o seu futuro, adotando uma visão de médio e longo prazo e, em simultâneo, adquirirem uma capacidade de avaliar e reagir rapidamente às dificuldades e oportunidades de cada momento.

Atendendo aos desafios que se apresentam às cidades, nomeadamente, a globalização e as novas formas de organização produtiva, com fortes implicações em termos da reestruturação dos territórios, da sustentabilidade à escala urbana e do seu contributo para a sustentabilidade global, ou ainda a inclusão social e as novas formas de governança urbana, afigura-se como fundamental o planeamento estratégico enquanto instrumento para aproveitar as oportunidades e responder às ameaças, explorando os pontos fortes e superando as fraquezas.

A cidade de Lisboa elaborou a sua Carta Estratégica 2010/2024, identificando os principais desafios que se lhe colocam, e viu recentemente aprovado o seu PDM, com um prazo de vigência para os próximos 10 anos, um documento de planeamento de médio e longo prazo, que estabelece o modelo de organização espacial e a estratégia de desenvolvimento do território municipal, constituindo uma viagem ao futuro de Lisboa e que define os seguintes objetivos estratégicos:

- Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa;
- Promover a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada, como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;
- Tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva;
- Promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de recursos renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana;
- Promover uma cidade inovadora e criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego;
- Afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado;
- Criar um modelo de governo eficiente participado e financeiramente sustentável.

Neste quadro, o processo em curso de adoção da Estratégia Europa 2020 e de preparação do novo ciclo de programação comunitária 2014-2020 constitui uma importante oportunidade para Lisboa. A sua compatibilização com a estratégia da cidade é fundamental, na medida em que:

- Permite mobilizar os agentes para a consolidação de estratégias de médio e longo prazo;

- Contempla um reforço e uma valorização da dimensão urbana no quadro da estratégia de crescimento da União Europeia (UE);
- Introduce novos instrumentos, potenciadores das intervenções e promotores de parcerias entre diversos agentes;
- Disponibiliza recursos financeiros associados a alguns instrumentos, que podem ser determinantes para a viabilização de diversas intervenções ou ações.

Lisboa e Portugal têm assim o desafio e a obrigação de aproveitar as oportunidades criadas pela implementação da Estratégia Europa 2020, e das políticas a ela associadas, para promover ou viabilizar as intervenções e as ações que são estratégicas para o seu desenvolvimento. O Município de Lisboa não pode deixar de preparar a participação ativa da cidade no processo em curso, mobilizando as diferentes parcerias com as instituições de ensino superior, o tecido empresarial e os organismos sociais e culturais, tendo em vista maximizar o contributo da cidade de Lisboa para a prossecução da Estratégia Europa 2020.

1.1 Os objetivos da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão para o próximo período de programação

No quadro da Estratégia Europa 2020, a UE e os seus Estados Membros assumiram a ambição de promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Um crescimento inteligente associado ao desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Um crescimento sustentável baseado na promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. Um crescimento inclusivo pelo fomento de uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

A estratégia define assim os grandes objetivos e metas da UE em termos de investigação e inovação, alterações climáticas e energia, emprego, educação e redução da pobreza para 2020.

Por outro lado, a Política de Coesão é assumida como a política de desenvolvimento territorial que, para além da sua missão específica de redução das disparidades regionais, deve dar resposta aos objetivos da Estratégia Europa 2020. Apresenta 11 objetivos temáticos, que constituem áreas centrais para o desenvolvimento, numa lógica de concentração, com vista à maximização dos impactos:

1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
2. Melhorar o acesso, o uso e a qualidade das tecnologias de informação e comunicação;
3. Aumentar a competitividade das PME;
4. Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono em todos os setores;
5. Promover a adaptação à mudança climática e a prevenção e gestão de riscos;
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência nos recursos;

7. Promover o transporte sustentável e superar os estrangulamentos em redes de infraestruturas chave;
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade profissional;
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza;
10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
11. Melhorar a capacidade institucional e assegurar uma administração pública eficiente.

É este o enquadramento proposto para o próximo período de programação comunitário e que orientará a ação no âmbito da Política de Coesão.

1.2 A dimensão urbana da Estratégia Europa 2020

Outra das componentes presente nas propostas da UE para o próximo período de programação, e que abre oportunidades relevantes para a ação em Lisboa, é a atribuição de uma maior centralidade às questões urbanas no contexto das políticas da UE, que deriva do reconhecimento de que as cidades podem dar um importante contributo para que sejam atingidas as metas da Estratégia Europa 2020, enquanto centros de negócios e empreendedorismo, investigação e inovação, educação e formação, inclusão social e interação cultural, até porque é de facto nas cidades que há a massa crítica necessária à competitividade, se concentram os desafios à sustentabilidade e, com mais intensidade, se sente a necessidade de inclusão.

Essa relevância da dimensão urbana traduziu-se na assunção de fins, criação de instrumentos e definição de prioridades de investimento específicos.

Fruto do reconhecimento de que as cidades podem desempenhar esse papel central na criação de emprego e no crescimento, nas propostas iniciais da Comissão são mesmo reservados cerca de 5% dos recursos nacionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para intervenções integradas de desenvolvimento urbano sustentável geridas pelas cidades.

A promoção de redes entre cidades e o intercâmbio de experiências sobre política urbana no espaço da UE estão igualmente previstos através da criação de uma nova Plataforma de Desenvolvimento Urbano, baseada na experiência do Programa em Rede de Desenvolvimento Urbano (URBACT).

A Comissão também propõe a dotação de 0,2% do orçamento FEDER ao nível comunitário para financiar ações inovadoras em áreas urbanas.

As propostas definem, igualmente, uma abordagem integrada do desenvolvimento local orientado para e pela comunidade, através da implementação de estratégias de desenvolvimento local por parte de grupos comunitários, incluindo autoridades locais, ONG e parceiros económicos e sociais com base na abordagem do programa Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER).

Em termos de prioridades de investimento, as propostas de regulamentos contemplam algumas áreas de investimento prioritárias para as áreas urbanas, nomeadamente a promoção de estratégias de baixo teor carbónico; as ações para melhorar o ambiente urbano, incluindo a

regeneração de áreas industriais e comerciais em declínio e a redução da poluição atmosférica; a promoção da mobilidade urbana sustentável e o apoio à regeneração física e económica de comunidades urbanas degradadas.

Existe, assim, um novo enquadramento que dá um maior relevo, mais oportunidades e orientações comuns para o desenvolvimento de ações em áreas urbanas.

1.3 Os instrumentos da Estratégia Europa 2020 e da Política Coesão

Para além dos instrumentos habituais, surgem reforçados, nas propostas da Comissão para o próximo período de programação, instrumentos que se afiguram ser muito relevantes para Lisboa e para Portugal, permitindo intervenções estruturantes e integradas e criando novas oportunidades de financiamento.

Em particular, com vista a aumentar a eficácia das intervenções, são propostos diversos instrumentos que promovem abordagens integradas da programação, que asseguram a coordenação das ações e a criação de sinergias.

Com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das abordagens locais e sub-regionais integradas para promover o desenvolvimento territorial, as propostas da Comissão contemplam dois mecanismos. São estes, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais e os Investimentos Territoriais Integrados, financiados pelo FEDER, Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão (FC). Ambos procuram envolver os intervenientes regionais e locais e as comunidades locais na execução programática.

No que respeita ao **Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais** (com base na experiência do LEADER, no âmbito do desenvolvimento rural) pretende-se que este instrumento complemente e promova os resultados das políticas públicas no âmbito dos fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC), aumentando a eficácia e a eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial por delegação de tomada de decisão e por execução de parcerias locais entre os intervenientes públicos, privados e da sociedade civil. Este Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais deverá ser implementado no contexto de uma abordagem estratégica seguida pelos decisores políticos, a fim de garantir que as necessidades locais, determinadas diretamente pela população, tenham em consideração as prioridades estabelecidas a um nível mais elevado.

Os **Investimentos Territoriais Integrados**, financiáveis pelo FEDER, FSE e FC, **são um instrumento estratégico para desenvolver uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano, reunindo financiamentos de vários eixos prioritários e programas com vista a promover investimento num território ou numa área funcional específicos**. A possibilidade de delegação da execução das diferentes partes dos eixos prioritários numa só entidade (uma autoridade local) é uma oportunidade para garantir que os investimentos sejam realizados de modo complementar e tendo por base um conhecimento mais próximo e aprofundado dos territórios.

Para além destas abordagens integradas à escala local ou sub-regional, as propostas da Comissão introduzem igualmente outros novos mecanismos: as **Operações Integradas** e os

Planos de Ação Conjuntos. Estes mecanismos visam incentivar o desenvolvimento de intervenções integradas e estruturantes, tornando possível proceder à execução conjunta, por parte de um único beneficiário, de vários projetos, com diferentes fontes de financiamento no âmbito dos fundos QEC, e, em certos casos, de outros instrumentos da UE.

No que respeita às **Operações Integradas**, as mesmas tornam possível que uma operação possa receber apoio de um ou mais fundos QEC e de outros fundos provenientes de outros instrumentos da UE. Essa possibilidade está subordinada à condição de que uma determinada rubrica de despesas não seja financiada duas vezes no âmbito dos fundos QEC ou outros instrumentos da UE. É possível, por exemplo, que uma única operação receba apoio do FEDER e do FSE, ou do FEDER e do Horizonte 2020.

O **Plano de Ação Conjunto**, um novo tipo de operação integrada executada através de uma abordagem baseada nos resultados para atingir objetivos específicos acordados entre o Estado Membro e a Comissão, pode incluir um grupo de projetos efetuado sob a responsabilidade de um beneficiário designado.

Em muitos domínios, verifica-se a existência de mais do que um instrumento da UE com possibilidade de apoiar com recursos a realização dos objetivos da Estratégia Europa 2020. Para além dos instrumentos incluídos nos acordos de parceria com os Estados Membros identificam-se instrumentos de gestão direta da Comissão Europeia, tais como o Mecanismo Interligar a Europa, no domínio das infraestruturas, a iniciativa Horizonte 2020, no domínio da investigação e da inovação, o programa Erasmus para Todos, no domínio da educação e formação, o Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social, no domínio do emprego e da inclusão social, ou o programa LIFE, no domínio do ambiente e da ação climática.

É assim possível e desejável identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da UE ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução, e planear de forma integrada a sua utilização.

1.4 Governança

O novo período de programação das intervenções comunitárias é marcado por uma clara orientação para os resultados, tendo por objetivo maximizar a eficácia e os impactos das intervenções públicas. Para intervenções públicas eficazes e geradoras de efeitos multiplicadores positivos é fundamental assegurar uma governação eficiente.

A execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa dos cidadãos, empresas e instituições sociais, bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente das autarquias locais, visando respeitar o princípio da governação a vários níveis, assegurar a apropriação das intervenções previstas pelas partes interessadas e explorar a experiência e o saber-fazer dos intervenientes relevantes. **Adicionalmente, no âmbito da Política de Coesão está proposta uma nova possibilidade de parceria com as autoridades locais em matéria de desenvolvimento urbano, a prever em sede de Acordo de Parceria, o que se traduz numa oportunidade de aprofundar estes princípios e de promover de forma mais eficaz e eficiente o desenvolvimento urbano.**

Para além das oportunidades no âmbito da criação de parcerias e delegação de competências nas autoridades locais, as propostas para o próximo período de programação apresentam ainda um conjunto de instrumentos, referidos anteriormente, que visam promover intervenções descentralizadas e com base em lógicas “*bottom-up*”, nomeadamente, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais. Paralelamente, e dado que grande parte dos bloqueios ao desenvolvimento têm uma natureza complexa e exigem respostas globais e integradas, as propostas para o próximo período de programação incluem vários instrumentos para promover abordagens integradas que permitem explorar sinergias entre diversos programas e intervenções, permitindo, assim, dar resposta a desafios multifacetados.

Está assim aberto um leque de oportunidades e alternativas que podem ser aproveitadas no âmbito dos Acordos de Parceria, com vista ao aprofundamento dos princípios da parceria, da participação e da integração estratégica.

2 Lisboa e a Estratégia Europa 2020: as mensagens

Existe hoje pela primeira vez, ao nível da UE, um enquadramento em que uma estratégia europeia foi definida previamente à negociação do período de programação seguinte, possibilitando uma visão comum para o futuro da Europa e a orientação dos meios e instrumentos de viabilização dessa visão para os objetivos nela estabelecidos. Estão criadas novas condições e instrumentos que permitem um melhor aproveitamento das oportunidades abertas pelo próximo período de programação em prol do desenvolvimento dos territórios e comunidades. É neste contexto que Lisboa assume como sua obrigação dar um contributo, materializado neste documento, e do qual se salienta, em seguida, um conjunto de mensagens principais.

As cidades e a aposta no desenvolvimento urbano são essenciais para alcançar os objetivos de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – “O futuro da Europa depende das nossas Cidades do Futuro”.

Hoje as cidades são, simultaneamente, os motores do desenvolvimento e os territórios de maior concentração de problemas e vulnerabilidades. A competitividade, a inovação e o conhecimento e a sustentabilidade social económica e ambiental passam incontornavelmente pelas cidades e pelo seu paradigma de desenvolvimento. As cidades são o espaço em que se determinará o futuro da Europa e o alcançar dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

O reconhecimento, pela UE, do papel fundamental das cidades para o futuro da Europa está claramente refletido nos documentos preparatórios do próximo período de programação, onde é atribuída uma maior centralidade às questões urbanas e são criados novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano. Este reforço da dimensão urbana no quadro da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão não pode deixar de ser aproveitado, quer pela cidade de Lisboa quer por Portugal, para promover em termos globais a sua cidade capital.

Para afirmar Portugal no panorama global e para dar resposta aos desafios e objetivos de desenvolvimento que se colocam ao país, Lisboa tem um papel importante a desempenhar.

A capacidade de Portugal se afirmar num mundo globalizado está intimamente ligada à afirmação de Lisboa, a sua capital, no exterior. Lisboa é a principal porta de entrada no país, simboliza, em grande medida, a sua imagem, encabeça uma região que representa perto de 40% do PIB nacional e onde habita um terço da população, da mais qualificada do país. É a única detentora de massa crítica e das condições necessárias para se candidatar e atrair grandes projetos, recursos e investimentos de escala europeia e global. Aproveitar estes recursos e oportunidades implica, para Portugal, apostar em Lisboa. Para Lisboa implica, mais do que uma afirmação no seio da Área Metropolitana, uma aposta na sua atratividade externa,

assumindo um papel não de concorrente mas de catalisador e potenciador do desenvolvimento regional e nacional.

Adicionalmente, quer os objetivos assumidos pela Estratégia Europa 2020 quer os objetivos temáticos da Política de Coesão estão alinhados com os desafios identificados para Lisboa na sua Carta Estratégica 2010/2024, em particular os de tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva; de promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de fontes renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana; de promover uma cidade inovadora e criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego; e de afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado.

Esta sintonia de alinhamento de objetivos constitui uma oportunidade e uma mais-valia que não poderá deixar de ser integrada por Portugal na preparação do seu Acordo de Parceria.

É estratégico para Lisboa e para Portugal identificar e aproveitar todos os instrumentos disponíveis no próximo período de programação e as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano.

Estão previstos para o próximo período de programação, para além dos instrumentos tradicionais, vários novos instrumentos para apoiar o desenvolvimento urbano integrado, nomeadamente, os Investimentos Territoriais Integrados, as ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais, as Ações Inovadoras em Áreas Urbanas, as Operações Integradas, os Planos de Ação Conjuntos e a Plataforma de Desenvolvimento Urbano. Estes instrumentos e mecanismos não só permitem intervenções mais integradas como possibilitam a captação de recursos adicionais, para além dos disponíveis no âmbito da Política de Coesão, tendo particular relevância para a região de Lisboa.

É um desafio para Lisboa e para Portugal identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da UE ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução. Para isso é necessário selecionar as prioridades estratégicas que deverão ser prosseguidas com os diferentes instrumentos. Se é de evitar a duplicação de esforços, configura-se como primordial identificar os domínios em que é necessário um apoio financeiro adicional. Torna-se ainda prioritária a capacidade de identificar não só intervenções que devem ser prosseguidas com acesso a instrumentos tradicionais, mas também, e fundamentalmente, aquelas que são potenciadas pela utilização de abordagens integradas, quer através de ações de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais ou Investimentos Territoriais Integrados, articulados ou não com as anteriores, quer através de projetos mais estruturantes que possam ser objeto de Operações Integradas ou Planos de Ação Conjuntos. Deve assumir-se ainda o desafio de integrar o apoio de diferentes instrumentos em prol de operações individuais.

Para Lisboa o aproveitamento destes instrumentos não poderá deixar de ser promovido e deve estar previsto desde logo no Acordo de Parceria. Este é um desafio fundamental para assegurar um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pelas políticas

comunitárias, promovendo as intervenções modernizadoras indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento de Portugal.

Lisboa, nesse contexto, já identificou, e apresenta neste documento, algumas intervenções que considera merecerem a interpretação de algumas dessas abordagens integradas com vista a serem desde já incluídas no Acordo de Parceria para discussão com as autoridades comunitárias.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano e um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é necessário promover instrumentos e abordagens estratégicos e integrados em termos de escala, prioridades e atores.

Como já foi referido, Lisboa elaborou a sua Carta Estratégica 2010/2024, identificando os principais desafios que se lhe colocam, e viu recentemente aprovado o seu PDM, concebido em sintonia com aqueles objetivos. No presente documento apresenta-se a visão para o desenvolvimento da cidade e os grandes objetivos e linhas de ação que necessitam de ser prosseguidos para a alcançar. Lisboa tem assim uma estratégia para o seu desenvolvimento com um prazo mais amplo do que o do próximo período de programação, sendo, no entanto, essencial para a capacidade de concretização dessa estratégia o aproveitamento cabal dos instrumentos por este disponibilizados.

As linhas de atuação necessárias para dar resposta aos grandes objetivos do desenvolvimento da cidade, bem como os desafios e ameaças com que se depara este projeto de desenvolvimento, deixam clara a necessidade de agir, simultaneamente, de forma concertada, cumulativa e complementar em múltiplos domínios e prioridades temáticas. Deixam também clara a necessidade de integrar a estratégia de desenvolvimento da cidade numa visão mais ampla da região em que se insere, do país da qual é capital, e de um mundo globalizado no qual tem de se afirmar. Por último, evidenciam a necessidade de assumir o desenvolvimento urbano como um projeto coletivo, para o qual contribuem e são essenciais todos os agentes e recursos da sociedade.

É fundamental garantir, logo desde o Acordo de Parceria, que os instrumentos de apoio ao desenvolvimento urbano são concebidos de modo a permitir e privilegiar a viabilização de estratégias de médio e longo prazo, suficientemente flexíveis para promover abordagens integradas ao nível das prioridades de investimento e possibilitar a adequação aos contextos locais e a alterações conjunturais, bem como a atuação conjunta de múltiplos atores.

Devem ser amplamente aproveitadas as novas oportunidades previstas para o próximo período de programação em termos de descentralização, parceria e participação em todas as fases do processo.

Como têm enfatizado a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Comités das Regiões e Económico e Social, a execução da Estratégia Europa 2020 exige uma parceria ativa dos cidadãos, empresas e instituições sociais bem como o envolvimento dos diferentes níveis de governação, nomeadamente as autarquias locais.

O Município de Lisboa não pode deixar de preparar a participação ativa da cidade no processo em curso, mobilizando as diferentes parcerias com as instituições de ensino superior, os centros de investigação, o tecido empresarial e os organismos sociais e culturais, tendo em vista maximizar o contributo da cidade de Lisboa para a prossecução da Estratégia Europa 2020. Este documento, elaborado após auscultação e recolha de contributos destas instituições, é um primeiro resultado desse processo.

Diversos princípios podem contribuir para promover uma governação mais eficiente das intervenções públicas, nomeadamente uma maior descentralização, a promoção de parcerias, ou a valorização de abordagens “*bottom-up*”, integradas e estratégicas. A descentralização, a parceria e a participação não são só princípios de boa governança, mas são importantes mais-valias para a conceção, programação, execução e avaliação das políticas, e fatores essenciais para alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano, pelo que devem estar presentes desde o início do processo. Foi esta a razão pela qual Lisboa considerou ser sua obrigação agir nesse contexto.

A capacidade dos instrumentos de programação conseguirem mobilizar e/ou acolher ações de desenvolvimento de base local, é fundamental para dar resposta a muitos dos problemas de desenvolvimento. Obviamente que deve existir um quadro global que dê coerência a estas intervenções, o que não dispensa que as mesmas não devam ser incentivadas. A construção de um quadro de governança que favoreça e dinamize estas lógicas “*bottom-up*” de intervenção é também uma preocupação que deve estar presente no processo de conceção das intervenções e prevista em sede de Acordo de Parceria. Este Acordo deve ser ainda passível de criar um quadro de governança das intervenções que seja simultaneamente simples e rigoroso, para que seja atrativa a utilização das oportunidades criadas por estas abordagens participadas e em parceria.

Do mesmo modo, é estratégico para Portugal elaborar o Acordo de Parceria com base numa parceria com as autoridades regionais e locais e os restantes setores da sociedade. Esta deve ser uma parceria efetiva em todas as fases do processo, evitando a frequente relegação para um papel consultivo ou informativo. A nova possibilidade de parceria com as autoridades locais em matéria de desenvolvimento urbano, previstas em sede de Acordo de Parceria, é uma oportunidade para aprofundar estes princípios e de promover de forma mais eficaz e eficiente o desenvolvimento urbano. Este é um desafio que Lisboa está disponível e empenhada em enfrentar.

3 Os desafios e as ameaças

Para alcançar a visão e as metas de desenvolvimento da cidade de Lisboa é necessário, para além da prossecução dos objetivos e linhas de atuação identificadas, ter em conta e dar resposta a um conjunto de desafios e ameaças que se colocam. De entre este conjunto de desafios e ameaças salientam-se:

- **Dinâmica demográfica** – é um dos principais desafios que se coloca à cidade, tanto no que respeita à perda de habitantes como à desertificação de certas áreas, em particular as centrais, ao envelhecimento da população, às alterações na composição dos agregados familiares e ao enfraquecimento das suas estruturas de apoio.
- **Crescimento das assimetrias** – para além da tendência global que se verifica nas grandes áreas urbanas europeias para um crescimento das assimetrias e desigualdades, Lisboa enfrenta problemas específicos a este nível dado que a população que saiu da cidade nas últimas décadas tinha, na sua maioria, rendimentos médios, enquanto parte significativa da população mais desfavorecida permaneceu com o apoio das políticas de habitação social e a população que entrou, regra geral, é bastante qualificada e auferir rendimentos mais elevados. Esta situação levou a uma maior polarização socioeconómica dentro da cidade, coexistindo os mais altos rendimentos *per capita*, poderes de compra e qualificações da população a nível nacional, com grupos populacionais afetados por múltiplos problemas (desemprego, abandono escolar, dependência de subsídios, etc.).
- **Existência de áreas de concentração de carências e vulnerabilidades** – A distribuição territorial dos problemas e oportunidades também não é equitativa, existindo áreas urbanas de grande concentração de fatores de vulnerabilidade, tanto a nível social como económico, urbanístico e ambiental (desemprego, abandono escolar, dependência de subsídios, famílias monoparentais, envelhecimento, degradação física, vandalismo, falta de integração no tecido urbano, carência de equipamentos e empregos locais, etc.). Este problema torna-se ainda mais premente quando se verifica que é exatamente nestas áreas que se localiza parte significativa da população jovem da cidade, que se encontra assim vulnerável a múltiplos fatores de segregação, o que coloca ainda mais em risco o desenvolvimento do potencial humano futuro de Lisboa.
- **Globalização** – o processo de aprofundamento da integração e interdependência económica, do qual o próprio projeto europeu faz parte, coloca um conjunto de novos desafios às cidades. A par das possibilidades abertas pelos novos meios de transporte e das tecnologias de informação e comunicação, os desafios para as cidades se tornarem competitivas são agora colocados ao nível global e no seio de uma nova economia com base no conhecimento. A reestruturação dos fatores de competitividade e das estruturas económicas e de emprego, num mundo em rápida e constante mudança, colocam difíceis desafios às cidades europeias, motores do desenvolvimento do continente. Como afirmar a competitividade no mundo global, de forma equilibrada com a prossecução do ideal de modelo social europeu, é hoje um dos principais desafios que Lisboa, no contexto europeu, tem de enfrentar.

- **Desemprego e aumento do risco de pobreza** – A reestruturação da economia, que parece incapaz de criar emprego para todos, pondo em causa a tradicional relação entre criação de riqueza, desenvolvimento económico e emprego, a par com a atual crise económica e financeira, têm tido como resultado um crescimento acelerado do desemprego, da precariedade e da pobreza. Estas tendências não se têm verificado de forma equitativa no território europeu, sendo que Portugal e Lisboa têm sido mais afetados do que outros territórios e estão ainda em situação de vulnerabilidade face ao aprofundar destas tendências.
- **Alterações climáticas** – A ameaça de profundas alterações climáticas num futuro próximo é um dos principais riscos com que se depara hoje a humanidade. Fortes e repentinas alterações no clima das regiões podem pôr em risco os habitats, os sistemas produtivos e as economias, mergulhando o mundo numa profunda crise ambiental, económica e social. São uma ameaça global ao desenvolvimento humano. O combate às alterações climáticas passa em grande medida pela prossecução de um desenvolvimento ambientalmente sustentável. No entanto, nesta altura não basta apostar neste novo modelo de desenvolvimento. É necessário enfrentar o desafio da mitigação e de prevenção dos riscos que podem advir destas alterações, nomeadamente, os riscos derivados de catástrofes naturais.
- **Sustentabilidade ambiental** – É hoje consensual a importância de preservar o meio ambiente e fazer uma utilização criteriosa dos recursos naturais e energéticos. A expansão urbana e a própria urbanização colocam pressões consideráveis sobre os ecossistemas naturais. A par desta situação, a grande dependência do automóvel caracteriza a população da região de Lisboa, nomeadamente a que acede diariamente à capital, com as suas consequências ao nível do consumo energético, poluição do ar, emissões de gases e dificuldade de viabilização de uma rede adequada de transportes públicos, são desafios a que urge dar resposta. O consumo energético e de recursos ao nível do edificado, em todas as suas fases (ocupação do solo, construção, utilização e demolição), representam também uma fonte de gastos que não tem sido encarada de forma sustentável. O travar da expansão urbana, a promoção de uma mobilidade sustentável, a reabilitação e qualificação do edificado, a promoção do uso de materiais e fontes de energia renováveis e o aumento da eficiência na utilização da energia e dos recursos são, assim, prioridades em todo o processo de desenvolvimento.
- **Crise económica e financeira** – A crise financeira, a recessão económica e a necessidade de consolidação orçamental levaram a um abrandamento do processo de convergência entre os estados e as regiões europeias e, nos países mais vulneráveis, criaram condições mais difíceis para os poderes públicos empreenderem as ações necessárias em matéria de apoio à coesão económica e social e à promoção do desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento urbano. Existe hoje em Portugal, e Lisboa não é exceção, uma grande pressão sobre o controlo da despesa pública e, apesar do papel fundamental que recai sobre as cidades na recuperação da crise, o financiamento público e a aposta no desenvolvimento urbano podem estar condicionados. Neste sentido, há um desafio importante no que respeita a conseguir alcançar os objetivos do desenvolvimento urbano num cenário de contenção, que se traduzirá na necessidade de basear este desenvolvimento em parcerias fortes com os

outros setores, num alargamento da base de parceiros, numa utilização inovadora dos recursos e na redefinição do papel do setor público neste domínio.

- **Mercado da habitação** – O facto de o mercado habitacional nacional sofrer há longas décadas disfunções derivadas de um estrangulamento do setor do arrendamento e da promoção da aquisição de casa própria tem sido um dos fatores que mais tem prejudicado a evolução demográfica saudável de Lisboa. No entanto, apesar de esta dinâmica não ter desaparecido, existem hoje indícios de que se começa a atenuar, também em consequência da dificuldade de acesso ao crédito por parte dos particulares. Se esta situação pode ser vista como uma oportunidade para a cidade, convém não esquecer que coloca desafios adicionais. O dificultar da mobilidade habitacional pode ser prejudicial para a capacidade de atração de população, tendo de ser pensados mecanismos inovadores que deem resposta a esta limitação. A dificuldade de um agregado familiar se desfazer de uma habitação própria pode ainda agravar a vulnerabilidade em caso de desemprego ou de redução dos rendimentos familiares, podendo, conjuntamente com o aumento das taxas de desemprego, vir a dar origem a uma nova crise habitacional para a qual a cidade tem de estar preparada.

4 Um desígnio para Lisboa

4.1 A visão e os objetivos

4.1.1 A visão

A visão que temos para Lisboa é a de uma cidade que seja:

- **Bonita:** que aposta na reabilitação e inovação urbanas, na preservação do seu património paisagístico e na qualificação do espaço público;
- **Integradora:** multicultural e promotora de inovação social;
- **Diversa:** uma cidade de bairros e da promoção do investimento em tecnologia e conhecimento;
- **Atrativa:** em termos de turismo, recursos e população;
- **Saudável:** reutilizadora, energeticamente eficiente e tecnologicamente inovadora;
- **Criativa:** que inova e empreende criando “valor”;
- **Amiga:** dos idosos, das pessoas com deficiência, das famílias e crianças e da segurança urbana;
- **Ambiciosa:** universalista, exploradora dos mares e da fraternidade da língua portuguesa.

4.1.2 Os objetivos

Lisboa enfrenta um desafio de afirmação num mundo global, sendo essa afirmação não só determinante para a cidade mas, fundamentalmente, para Portugal. No quadro de um aprofundamento da globalização, só a afirmação da cidade-capital e principal metrópole, com os efeitos de arrastamento gerados, permitirá a qualificação do tecido produtivo português e a emergência de novos setores dinâmicos e competitivos à escala global.

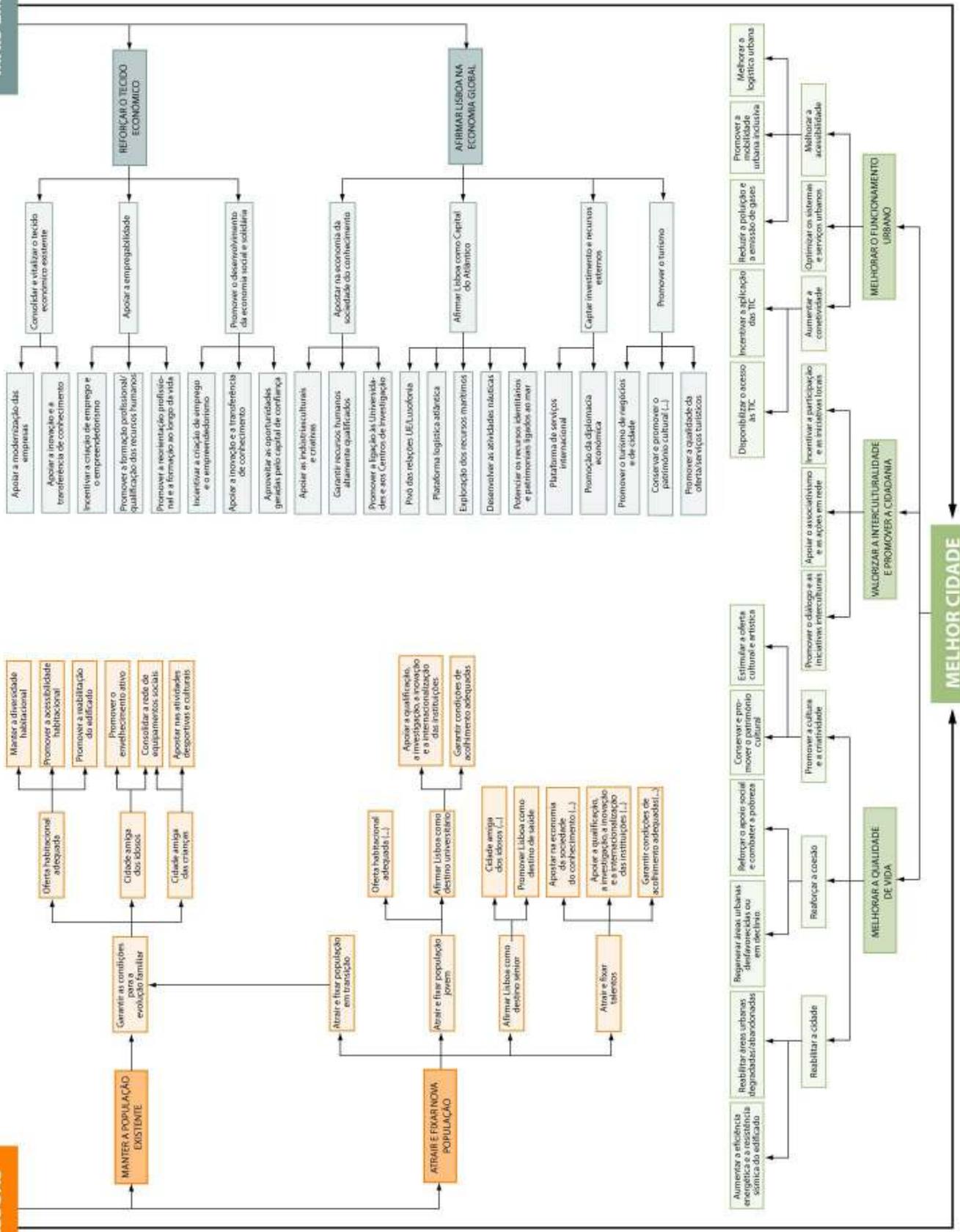
No quadro dessa afirmação é fundamental promover a imagem de Lisboa, tornando-a uma cidade atrativa. Não atrativa face a outros territórios de Portugal mas, fundamentalmente, face a outras cidades mundiais. Atrativa para as pessoas e para as atividades económicas. Só dessa forma será possível atingir os grandes objetivos estabelecidos para Lisboa:

- Mais Pessoas;
- Mais Emprego;
- Melhor Cidade.

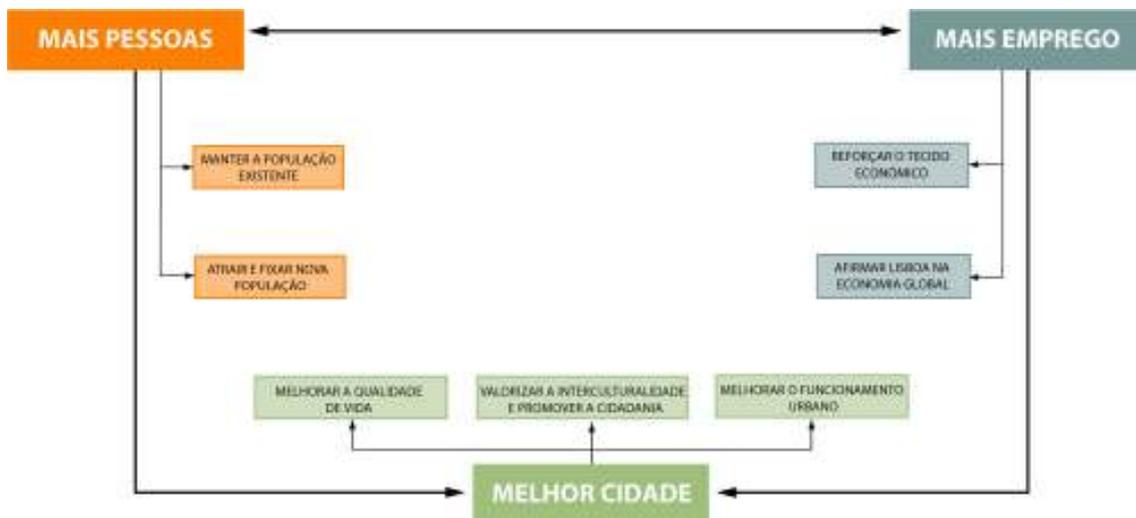
O quadro geral proposto para a prossecução destes objetivos é apresentado, de forma esquemática, na figura seguinte, sendo desenvolvido nos pontos subsequentes.

MAIS PESSOAS

MAIS EMPREGO



4.2 Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade: as linhas de ação



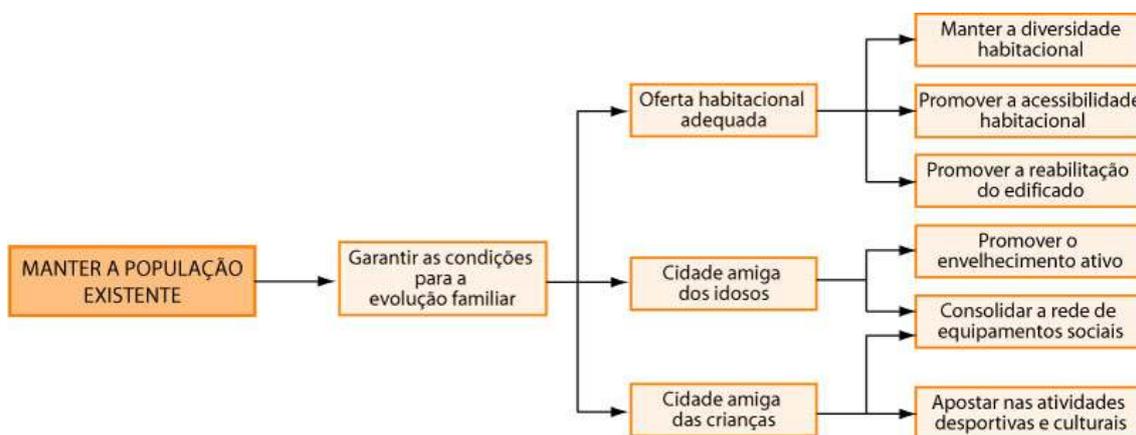
No que respeita ao objetivo de aumentar a população de Lisboa, é necessário considerar simultaneamente dois grandes objetivos específicos: **manter a população existente** e **atrair nova população**. Com efeito, embora as ações que visam garantir a qualidade de vida e as condições necessárias para que a população que presentemente habita a cidade aqui possa e deseje permanecer sejam essenciais para garantir a atratividade da cidade face a novos habitantes, é necessário, a par com estas medidas, desenvolver ações específicas com vista a potenciar e realizar plenamente o capital de atração da cidade face a grupos específicos de população. Para além dos objetivos específicos e linhas de ação orientados para manter e atrair população, outros dos fatores determinantes para alcançar este desígnio são a existência de oportunidades de emprego e, em particular, de emprego qualificado, e tornar Lisboa uma melhor cidade para viver e trabalhar. Neste sentido, o objetivo “Mais Pessoas” relaciona-se intimamente com os outros grandes objetivos, “Mais Emprego” e “Melhor Cidade”, e o sucesso do primeiro é indissociável do alcançar dos restantes. Assim, embora estruturados em três grandes grupos, os objetivos específicos e as linhas de ação identificados contribuem conjuntamente para o alcançar de todos os objetivos gerais estipulados, não podendo ser encarados isoladamente.

No que respeita ao objetivo de aumentar o emprego em Lisboa, é fundamental assegurar também a prossecução de dois objetivos específicos: **reforçar o tecido económico** e **afirmar Lisboa na economia global**. Com efeito, é fundamental neste domínio afirmar Lisboa enquanto cidade competitiva e atrativa para a localização de novos setores competitivos à escala global, que promovam a modernização da base económica do município e contribuam, pelo papel que Lisboa desempenha na economia nacional, para a qualificação do tecido produtivo português. Adicionalmente, uma estratégia de aumento do emprego em Lisboa não poderá descurar o reforço do tecido económico existente.

Relativamente ao objetivo “Melhor Cidade”, identificaram-se três objetivos específicos principais: **melhorar a qualidade de vida, valorizar a interculturalidade e promover a cidadania** e **melhorar o funcionamento da cidade**. Estes domínios são estruturantes para o poder de atração da cidade face a habitantes e empresas, tornando Lisboa uma cidade boa para se viver, trabalhar e visitar. A promoção da coesão social e territorial, dos valores da interculturalidade e da cidadania, da qualificação do edificado e das áreas urbanas, do património, da cultura e da criatividade, da sustentabilidade energética e ambiental e da melhoria da conectividade e das acessibilidades, são hoje atributos fundamentais para as cidades competitivas do século XXI.

4.2.1 Mais pessoas

4.2.1.1 Manter a população existente



Com vista a manter a população existente, há uma linha de ação que emerge como fundamental:

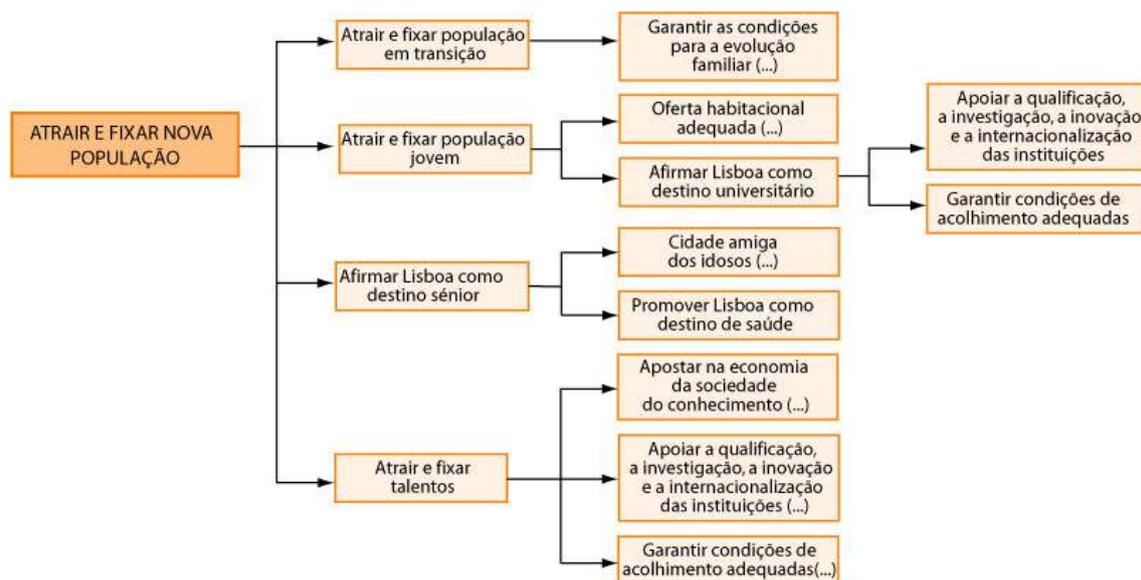
- **Garantir as condições para a evolução familiar** – visando assegurar que são dadas as condições e a oportunidade aos indivíduos e agregados familiares de permanecer na cidade, quer em termos de oferta habitacional quer de acesso a essa mesma oferta.

4.2.1.1.1 Garantir as condições para a evolução familiar

Lisboa tem tido, nas últimas décadas, uma dinâmica demográfica de perda populacional. Esta dinâmica não assenta simplesmente numa falta de atratividade da cidade, mas tem por base um défice de condições para que os indivíduos e agregados familiares tenham as condições para poder escolher nela permanecer. Este défice coloca-se tanto ao nível da oferta habitacional como da capacidade da cidade dar resposta às necessidades de diferentes agregados familiares. Neste contexto, para inverter esta tendência e manter a população que hoje habita a cidade, devem ser desenvolvidas ações em três domínios principais:

- **Oferta habitacional adequada** – garantir que a oferta habitacional dá resposta às necessidades de diferentes composições de agregados familiares, promovendo o arrendamento e tirando partido da diversidade de tipologias habitacionais existente na cidade; promover a acessibilidade habitacional através do aumento da oferta de habitação qualificada a custos acessíveis; aumentar a oferta habitacional mediante o apoio à reabilitação do edificado;
- **Cidade amiga dos idosos** – aumentar a qualidade de vida da crescente camada de população mais idosa, em particular através da promoção de uma mobilidade urbana inclusiva e do envelhecimento ativo bem como da existência de uma rede de equipamentos sociais de apoio adequada;
- **Cidade amiga das crianças** – dar condições às famílias com crianças para permanecer na cidade, facilitando e apoiando essa permanência (mobilidade urbana inclusiva e rede de equipamentos sociais de apoio adequada) e propiciando um desenvolvimento saudável e criativo das crianças, nomeadamente, através do desenvolvimento das atividades cívicas, desportivas e culturais, integrando o ensino experimental a partir da escolaridade básica.

4.2.1.2 Atrair nova população



A perda populacional da cidade nas últimas décadas torna hoje essencial não só travar mas também inverter esta tendência. Sendo irrealista pensar que será possível recuperar a população que saiu da cidade e que se encontra atualmente instalada noutros territórios, os esforços terão de se concentrar numa política voluntarista de atração da população, nomeadamente na atração de grupos específicos que estejam em situação de mobilidade ou que sejam estratégicos para o desenvolvimento futuro da cidade. Assim, foram identificados quatro grupos principais:

- **População em transição;**
- **População jovem;**
- **População sénior;**
- **Talentos.**

Uma cidade dinâmica, tolerante, animada na diversidade das vivências e no diálogo intercultural é constitutivo de um ambiente urbano essencial à cidade atrativa no mundo global.

Convém no entanto não esquecer que aumentar o poder de atração de Lisboa sobre a população externa implica, como já foi referido, **garantir as oportunidades e a qualificação do emprego**, bem como os aspetos apontados ao nível da **manutenção da população existente** e da **melhoria da qualidade de vida**.

4.2.1.2.1 Atrair e fixar população em transição

A mobilidade demográfica é cada vez mais uma realidade, tanto por razões profissionais como de reestruturação do agregado familiar ou, simplesmente, por opção pessoal. Esta população em transição representa uma oportunidade para a cidade que tem de ser aproveitada e potenciada. Para tal, Lisboa tem de assegurar as **condições para a evolução familiar** (ver ponto 4.2.1.1.1). A cidade terá ainda que ser atrativa enquanto destino para os migrantes. Para além dos aspetos já referidos, deve ser dada uma atenção particular ao nível da oferta habitacional, à existência de **uma oferta que vá de encontro a tendências emergentes**, tais como os agregados familiares constituídos por uma só pessoa e monoparentais, e os “*city users*”, população que, por razões profissionais ou outras, tem uma grande mobilidade e/ou rotatividade habitacional entre diferentes cidades.

4.2.1.2.2 Atrair e fixar população jovem

A perda populacional e o envelhecimento da população tornam estratégica a atração de jovens para o futuro de Lisboa. Mais uma vez, **garantir a possibilidade de evolução dos agregados familiares** (ver ponto 4.2.1.1.1), tornar a cidade um destino atraente para os migrantes e dar oportunidade aos jovens de considerar a cidade como um local propício e acessível para constituírem família, é essencial. Nesse quadro, a aposta na **captação de população universitária** é igualmente importante. Quanto mais os jovens de diferentes origens conhecerem e estiverem familiarizados com a vida na cidade, maior é a probabilidade de equacionarem Lisboa como local de fixação futuro. Assim, para atrair este grupos populacionais é também necessário afirmar Lisboa como destino universitário, em particular mediante:

- **O apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições de ensino superior**, sem esquecer o reforço dos “campus” e outras instalações;
- **A promoção de condições de acolhimento adequadas para estudantes.**

4.2.1.2.3 *Afirmar Lisboa como destino sénior*

Se atrair jovens é determinante para o futuro da cidade, num contexto de envelhecimento geral da população mundial, afirmar Lisboa enquanto um destino para a população sénior, muitas vezes com forte poder de compra, constitui uma aposta relevante. Uma cidade dinâmica, amigável, com um clima temperado, contando com uma oferta cultural diversificada, poderá constituir uma oportunidade de atração para instalação de uma população sénior que encare Lisboa como um local de acolhimento para uma nova fase de vida.

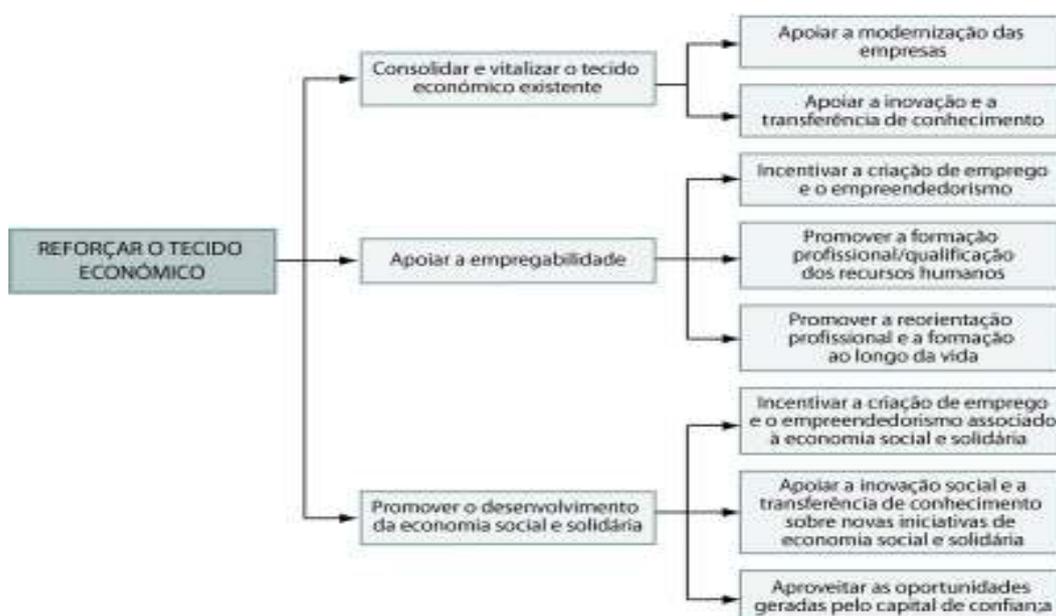
Afirmar Lisboa como destino sénior implica, a par com as ações referidas **para tornar a cidade amiga dos idosos** (ver ponto 4.2.1.1.1) e o **aproveitamento do potencial turístico e cultural** (ver pontos 4.2.2.2.3 e 4.2.3.1.2), o **desenvolvimento de uma oferta em termos de cuidados e equipamentos de saúde** qualificada e de vanguarda;

4.2.1.2.4 *Atrair e fixar talentos*

A competição entre as cidades pela captação de talentos é crescente a nível mundial, e este é um recurso indispensável para garantir o sucesso e desenvolvimento futuro das mesmas no panorama global. Mais uma vez trata-se aqui de inverter uma tendência, que aponta em tempos recentes para o êxodo da população mais qualificada, especialmente através de uma forte **aposta na economia da sociedade do conhecimento** (ver ponto 4.2.2.2.1), no **apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições e empresas**, e na **oferta de condições adequadas de acolhimento**.

4.2.2 Mais emprego

4.2.2.1 Reforçar tecido económico



O reforço do tecido económico é determinante para a capacidade de gerar emprego no território do município. Com vista a reforçar o tecido económico, três linhas de ação emergem como fundamentais:

- **Consolidar e vitalizar o tecido económico existente**, visando a modernização da base económica existente no município, por via do desenvolvimento de projetos que atuem sobre fatores dinâmicos de competitividade, do crescimento, redimensionamento e cooperação entre empresas, por forma a fortalecer a estrutura empresarial, e do reforço da inserção nos mercados externos e nas redes de comércio internacional, sem esquecer o fomento das atividades tradicionais que subsistem em Lisboa e a diferenciam de outros mercados mais globalizados;
- **Apoiar a empregabilidade**, com uma aposta na qualificação dos ativos, na recuperação de artes, ofícios e técnicas tradicionais e no fomento do empreendedorismo;
- **Promover o desenvolvimento da economia social e solidária**, contribuindo para a resolução de problemas sociais e ambientais negligenciados, permitindo um potencial de transformação positiva na Sociedade a nível social e ambiental e utilizando modelos inovadores, recuperando espaços obsoletos para novas atividades.

4.2.2.1.1 Consolidar e vitalizar o tecido económico existente

A consolidação e vitalização do tecido económico existente são essenciais, tanto para manter as estruturas produtivas como para o potencial de atração. Neste domínio, deve ser dada particular atenção ao papel desempenhado pelo comércio e serviços de proximidade que contribui para a vitalização e estruturação de muitas zonas da cidade. De facto, esta atividade é de capital importância, não só pelo emprego que gera, mas pelo papel social que representa no seio dos bairros existentes, reforçando o sentimento de segurança urbana assegurada pela sua interatividade com as comunidades locais. Para esse objetivo torna-se necessário:

- **Apoiar a modernização das empresas** – incentivando a modernização e competitividade das empresas, em particular das PME, através do apoio ao desenvolvimento dos fatores de competitividade contemporâneos – como a inovação, a tecnologia, a qualificação dos recursos humanos –, a redução dos custos de contexto e o apoio ao redimensionamento desse tecido para possibilitar a criação sustentável de mais e melhores oportunidades de investimento e emprego;
- **Apoiar a inovação e a transferência de conhecimento** – incentivando a capacitação e o desenvolvimento de ambientes inovadores, com o objetivo de gerar valor económico e/ou social e melhorar o posicionamento competitivo das empresas, contribuindo para a criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do País.

4.2.2.1.2 Apoiar a empregabilidade

Se a criação de empregos é fundamental, a disponibilidade de ativos qualificados e adaptados às necessidades do mercado de trabalho é também determinante, pelo que deve existir um apoio significativo ao aumento da empregabilidade dos ativos, que deve envolver:

- **Incentivar a criação de emprego e o empreendedorismo** – a promoção do emprego por conta própria e do empreendedorismo é uma alternativa relevante ao trabalho por conta de outrem enquanto mecanismo gerador de empregos, tendo também papel fundamental na modernização da economia. A disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco deve ser promovida na sociedade globalmente e no sistema educativo e de formação em particular;
- **Promover a formação profissional/qualificação dos recursos humanos** – tendo em conta que a qualificação é, hoje em dia, o fator-chave dos processos de modernização, constituindo a base indispensável para os processos sustentados de inovação, assentes no conhecimento, a sua promoção é essencial. A formação e a qualificação são, por outro lado, instrumentos fundamentais de combate à exclusão social e à pobreza, pelo que intervenções focadas nos ativos menos qualificados, em particular jovens que abandonaram a escolaridade de forma precoce, assumem uma importância central;
- **Promover a reorientação profissional e a formação ao longo da vida** – tendo em conta os elevados níveis de abandono escolar precoce e as suas consequências sobre a empregabilidade desses ativos, é importante desenvolver ações especialmente dirigidas aos adultos e jovens adultos, por via da formação ao longo da vida. Por outro lado, a reestruturação da base económica do município exige que se dê particular atenção aos que são afetados por esse processo, assegurando uma adequada reorientação profissional e reinserção no mercado de trabalho.

4.2.2.1.3 Promover o desenvolvimento da economia social e solidária

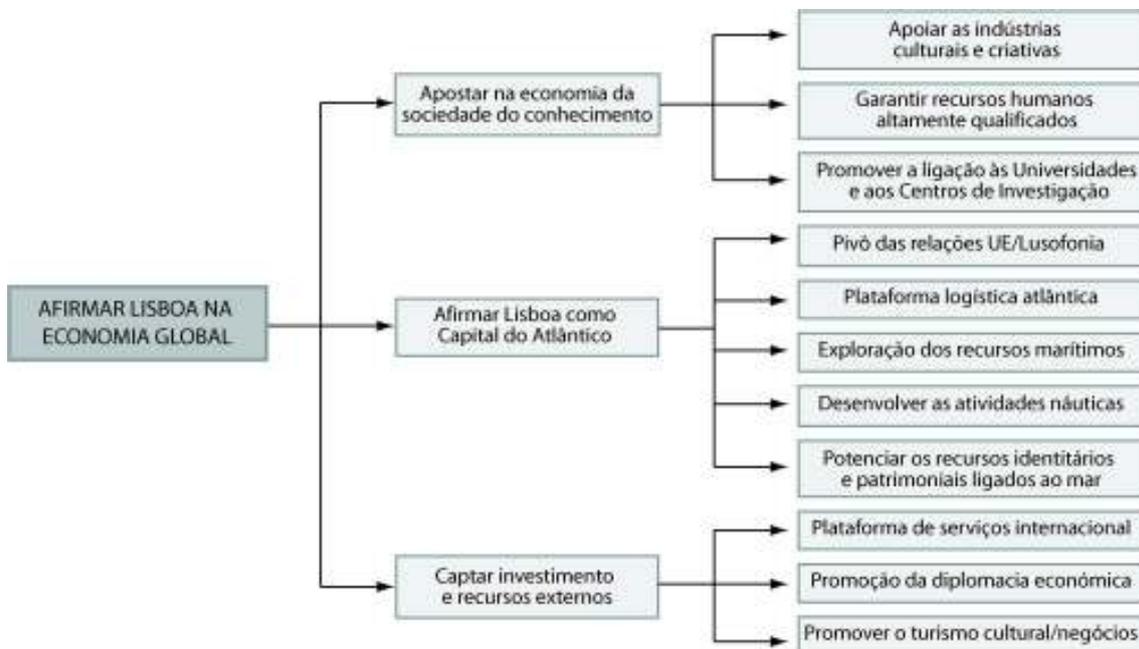
A promoção do desenvolvimento da economia social e solidária constitui uma importante oportunidade de criação de emprego, contribuindo paralelamente para melhorar a resposta a diversos problemas ambientais e para a resolução de diversos problemas sociais. Capitalizando a extensa rede e energia social existente em Lisboa, as linhas de atuação devem passar por:

- **Incentivar a criação de emprego e o empreendedorismo associado à economia social e solidária** – também neste domínio a promoção do emprego por conta própria e do empreendedorismo é importante. Para isso, o estímulo ao aumento da presença do terceiro setor, o apoio à realização de projetos em parceria entre diferentes instituições, o apoio à capacitação das instituições ao nível da organização e gestão, da qualificação dos recursos humanos e da capacidade de oferta de novas respostas para os problemas sociais são importantes;
- **Apoiar a inovação social e a transferência de conhecimento sobre novas iniciativas de economia social e solidária** – também no domínio da economia social, a inovação, seja em termos de modelos de organização, seja das respostas dadas aos problemas

sociais, é um importante mecanismo de criação de emprego e de resolução de diversos problemas na sociedade;

- **Aproveitar as oportunidades geradas pelo capital de confiança** – as dinâmicas de base local, alicerçadas em mecanismos de confiança e relações interpessoais, podem constituir a base de desenvolvimento de iniciativas que qualificam as respostas dadas a alguns problemas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitas populações em risco de exclusão, tendo um potencial de geração de emprego não despendendo.

4.2.2.2 Afirmar Lisboa na globalização



Com vista a afirmar Lisboa na Globalização, quatro linhas de ação emergem como fundamentais:

- **Apostar na sociedade do conhecimento** – que visa assegurar a existência de condições e oportunidades para que indivíduos, empresas e administração pública possam contribuir, de forma articulada, para a mudança do perfil da economia da cidade no sentido de ter uma economia baseada na criatividade, inovação, conhecimento e empreendedorismo;
- **Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico** – que tem por objetivo afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais, fazendo valer as suas especificidades de cidade atlântica com uma posição estratégica no espaço e no tempo;

- **Captar investimento e recursos externos** – tem por objetivo conquistar um reposicionamento competitivo de Lisboa, nomeadamente, como uma plataforma de excelência de serviços na globalização;
- **Promover o turismo** – tem por objetivo a promoção e afirmação de Lisboa como um destino turístico de excelência, diversificado nas suas vertentes de turismo de negócio, de cidade e de turismo de cultura e lazer.

4.2.2.2.1 Apostar na sociedade do conhecimento

Um reposicionamento competitivo de Lisboa na globalização implica necessariamente uma aposta estratégica na economia do conhecimento e uma maior integração na economia globalizada sem fronteiras. Para além dos aspetos referidos especificamente neste ponto, a melhoria do funcionamento urbano, em particular o aumento da conectividade são também fundamentais (ver ponto 4.2.3.3). Para viabilizar este caminho para Lisboa é necessário:

- **Apoiar as indústrias culturais e criativas** – as indústrias culturais e criativas representam atualmente quase 3% do PIB da UE, e em Portugal, em 2010 o sector já representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto e 2,6% do emprego. A sua importância no âmbito da sociedade do conhecimento e do alcançar dos objetivos da Estratégia Europa 2020 é consensualmente reconhecida, bem como o seu potencial de crescimento e de inserção nos circuitos internacionais. Afirmar Lisboa na globalização passa, incontornavelmente, pelo desenvolvimento e plena realização do potencial das indústrias culturais e criativas;
- **Garantir recursos humanos altamente qualificados** – outro dos requisitos fundamentais para potenciar o tecido económico existente, criar as condições para novas atividades emergentes e atrair investimento externo é a disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados. A este nível deverá ser feita uma forte aposta no apoio à qualificação, investigação, inovação e internacionalização das instituições de ensino superior, na promoção de condições de acolhimento adequadas para estudantes, na atração de talentos, na promoção da formação profissional/qualificação dos recursos humanos e da reorientação profissional e formação ao longo da vida (ver pontos 4.2.1.2.2, **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e 4.2.2.1.2);
- **Promover as ligações às Universidades e aos Centros de Investigação** – o conhecimento gerado nas universidades e demais instituições de ensino superior e do sistema científico, é não uma mais-valia mas um recurso absolutamente crítico para a plena entrada de Lisboa na sociedade do conhecimento. Aproveitar e desenvolver este potencial mediante a formação de parcerias, o desenvolvimento de projetos conjuntos e o apoio à transferência de conhecimento para o mercado, é prioritário.

4.2.2.2.2 Lisboa Capital Europeia do Atlântico

A localização geográfica de Lisboa marcou profundamente a sua história, tendo-a afirmado numa tripla dimensão: como capital, como cidade europeia e como cidade atlântica. Sendo Lisboa a principal aglomeração urbana da “fachada” atlântica da Europa, deverá constituir-se

como importante plataforma de negócios, comunicações e intercâmbio entre a UE, a África e a América do Sul, nomeadamente com os países de expressão portuguesa.

Afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico implica agir em quatro grandes domínios:

- **Mediação das relações entre a UE e os países lusófonos** – a posição estratégica no espaço e no tempo e a língua comum, colocam Lisboa numa posição impar para a impulsionar e mediar a ligação da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP) à UE. Neste contexto, Lisboa deve assumir-se como uma Plataforma das culturas de expressão Lusófona;
- **Plataforma logística atlântica** – o alargamento do Canal do Panamá abre novas oportunidades para Portugal no que respeita à ligação entre rotas marítimas e os corredores de mobilidade europeus. Portugal não deve deixar passar esta oportunidade e Lisboa, como capital do país, deve aproveitar para se posicionar neste grande interface e criar ligações com cidades ibéricas para além de Madrid;
- **Exploração dos recursos marítimos** – a extensão da placa continental irá também criar novas oportunidades para Portugal, em particular derivadas da localização dos Açores junto à cordilheira central, localização com grande potencial em termos de recursos (térmicos, sulfuretos, etc.). Lisboa tem um importante papel a desempenhar na capacitação do país para o aproveitamento possível destas oportunidades, nomeadamente, no que respeita ao apoio à investigação e ao desenvolvimento nos domínios marítimo e submarino e no forjar de parcerias internacionais fortes, tanto entre empresas como entre instituições;
- **Desenvolver as atividades náuticas** – a localização geográfica de Lisboa e o estuário do Tejo conferem à cidade um potencial único em termos de atividades náuticas, desportivas e de turismo/lazer. Uma verdadeira aposta na afirmação de Lisboa como Capital Europeia do Atlântico passa pelo aproveitamento desse potencial, em particular, pela melhoria das condições para estas atividades, pelo apoio ao seu desenvolvimento e pela sua promoção junto da camada mais jovem da população;
- **Potenciar os recursos identitários, memoriais e patrimoniais ligados à exploração marítima** – “Lisboa Capital Europeia do Atlântico” não se baseia somente na capitalização do seu potencial geográfico e no desenvolvimento das atividades económicas a este ligadas. Há ainda um potencial identitário, memorial e patrimonial que deve ser aproveitado, conservado e promovido. Passando por Ulisses, a Atlântida e chegando aos Descobrimentos, todo o imaginário da cidade, e mesmo do país, se encontra ligado ao mar. O seu património construído e imaterial reflete esta faceta identitária – “não haveria saudade sem viagem”. Aproveitar este recurso é fundamental para afirmar e sedimentar a imagem de Lisboa como “Lisboa Capital Europeia do Atlântico”.

4.2.2.2.3 Captar investimento e recursos externos

No mundo globalizado, o papel de Lisboa terá de ser, essencialmente, de atractora de investimento e recursos externos e de dinamizadora e aliada dos seus territórios imediatos. Da mesma forma que a internacionalização é essencial para as empresas, é essencial para as

idades “internacionalizarem-se”, o que neste caso significa serem captadores dos investimentos e recursos externos. Para o conseguir, Lisboa terá de apostar na sua afirmação como destino universitário, sénior e de talentos, na qualidade de vida e do seu ambiente urbano e na promoção da imagem da cidade (ver pontos 4.2.3.1 e 4.2.3.3). Terá ainda de empreender ações num conjunto de áreas específicas, designadamente:

- **Afirmar-se como plataforma de serviços internacional** – Lisboa, com população altamente qualificada, acesso a infraestruturas TIC de qualidade e localizada na interface Europa/Atlântico, reúne as condições necessárias para se afirmar como uma plataforma internacional de serviços, capaz de atrair investimento e criação de emprego por parte de grandes empresas de dimensão mundial. As multinacionais são parceiras naturais das cidades no mundo globalizado e Lisboa deve aproveitar e criar oportunidades neste domínio;
- **Promover a diplomacia económica** – a diplomacia económica desempenha um papel cada vez mais importante nas relações económicas globais. Lisboa deve ter aqui um papel de liderança, de dinamizadora e intermediária em duas vias: entre as empresas e instituições estrangeiras e o território em que se insere, e entre as suas empresas e instituições e os territórios externos – captar recursos e investimentos para o seu território e apoiar as suas empresas e instituições na identificação e aproveitamento de oportunidades no exterior.

4.2.2.2.4 Promover o turismo

Lisboa tem como ambição estratégica a sua afirmação no quadro das capitais europeias com maior relevância turística. Os objetivos estratégicos definidos no quadro do Plano Estratégico de Turismo de Lisboa têm como intuito aproximar o desempenho turístico da cidade das melhores práticas europeias e a reafirmação da proposta de valor do destino, nomeadamente: crescer em quantidade e valor; qualificar a experiência do visitante; e aumentar a notoriedade do destino. A afirmação do Turismo na base económica de Lisboa deve, assim, explorar as dimensões Negócios/ Cidade/ Património/ Cultura. Nesse quadro, assume relevância:

- **Promover o turismo de negócios e de cidade** – Uma forte aposta no turismo de negócios e de *city breaks* e de negócios não é somente uma aposta estratégica pelo potencial derivado das atividades e serviços a estes associados, como é instrumental para promover a imagem da cidade e dar a conhecer o seu potencial como destino para fixação de pessoas e investimentos;
- **Conservar e promover o património cultural, como forma de incentivar o turismo cultural** – a valorização de componentes culturais e patrimoniais pode desempenhar um papel determinante na atração de procuras turísticas específicas, frequentemente com forte poder de compra, com forte poder de estímulo sobre atividades de serviços conexas, assegurando ainda um ciclo virtuoso de desenvolvimento e rendibilização das atividades culturais e criativas;
- **Promover a qualidade da oferta de serviços turísticos** – não obstante as significativas melhorias verificadas a este nível, a contínua aposta na qualificação do turismo e na

capacidade de atração de segmentos mais exigentes, exige que se prossiga o esforço de qualificação da oferta turística.

4.2.3 Melhor cidade

4.2.3.1 Melhorar a qualidade de vida



A melhoria da qualidade de vida é um fator fundamental, quer para manter a população existente, quer para atrair nova população. Neste âmbito, Lisboa tem de aproveitar todo o seu potencial e reforçar as vantagens oferecidas pela centralidade, pelo seu património cultural, edificado e paisagístico, diminuindo, simultaneamente, os seus inconvenientes. Assegurar a qualidade de vida a todos os seus habitantes e do ambiente urbano na totalidade do seu território são desígnios que a cidade tem de almejar se pretende reduzir as assimetrias e assumir-se como um lugar atrativo para viver para todos os setores da população. O que está assim em causa é a qualificação e a coesão social, económica e territorial da cidade, tanto para as gerações presentes como futuras e a criação de condições para uma vida plena e recompensadora. Para tal é necessário:

- **Reabilitar a cidade** – o que implica reabilitar o edificado e as áreas urbanas degradadas, contemplando nestas intervenções o relevante património e o espaço público, assegurando melhores condições de acolhimento e oferta habitacional e a qualificação do ambiente urbano;
- **Reforçar a coesão** – o que exige regenerar as áreas desfavorecidas ou em declínio e reforçar o apoio social e o combate à pobreza, promovendo, por esta via, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes mais vulneráveis;
- **Promover a cultura e a criatividade** – o que visa promover Lisboa como um lugar onde a cultura é viva, a identidade é forte e o ambiente é propenso ao desenvolvimento da criatividade, oferecendo, por esta via, as condições para um pleno desenvolvimento humano e uma vida estimulante e enriquecedora.

4.2.3.1.1 Reabilitar a cidade

Esta linha de ação visa alcançar um amplo conjunto de objetivos, que vão desde a melhoria do estado de conservação do edificado e a qualificação da oferta habitacional e do ambiente urbano, ao aumento da sustentabilidade energética e da resiliência da cidade. Por esta via, pretende-se também reforçar parte do tecido económico existente e do emprego, em particular nos setores da construção civil, apoiando-o na transição de um mercado baseado na construção nova para o mercado da reabilitação. Este é assim um domínio fundamental para garantir as condições de sucesso dos outros dois objetivos gerais: “Mais Pessoas” e “Mais Emprego”. Para o alcançar é necessário:

- **Aumentar a eficiência energética e a resistência sísmica do edificado** – o parque edificado é um dos grandes consumidores energéticos na UE, e em Lisboa parte considerável desse parque não tem as condições desejáveis para reduzir as necessidades e otimizar os gastos ao nível energético. Paralelamente, localizada numa área de grande risco sísmico, parte considerável da população e do tecido económico de Lisboa – e mesmo do país – apresenta vulnerabilidades que põem em causa a sua segurança global. Uma aposta na sustentabilidade e na resiliência da cidade é fundamental para garantir o seu futuro e o futuro do país. Neste sentido, ações visando estes fins são cruciais. Adicionalmente, poderão ser um importante incentivo para uma reabilitação global do edificado, funcionando como catalisador dos diferentes agentes;
- **Reabilitar as áreas urbanas degradadas/abandonadas** – a reabilitação das áreas degradadas e/ou abandonadas da cidade é fundamental para a qualificação global do ambiente urbano, para o aumento da atratividade da cidade e para o cabal aproveitamento das oportunidades e recursos instalados. A transformação destas áreas problema em áreas de oportunidade, para a instalação de nova população, de novas empresas ou de novos equipamentos, dará um importante contributo tanto para a melhoria global da cidade como para o alcançar dos restantes objetivos gerais.

4.2.3.1.2 Reforçar a coesão

A presença em Lisboa de uma população muito diversa com afirmação identitária e cultural própria, associada a forte vulnerabilidade social, implica a adoção de estratégias para a inclusão que favoreçam e incentivem a formação de uma cultura de empenhamento ativo de cada indivíduo a par da capacitação das Instituições para promoção de respostas sociais para problemas em constante mutação. Assegurar a melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes e do ambiente urbano na totalidade do seu território são, assim, desígnios a que a cidade tem de almejar se pretende reduzir as assimetrias e assumir-se como um lugar atrativo para se viver. O que está assim em causa é a qualificação e a coesão social, económica e territorial da cidade, tanto para as gerações presentes como futuras... ..

- **Regenerar as áreas urbanas desfavorecidas ou em declínio** – garantir a qualidade de vida de todos os habitantes e da totalidade do território da cidade implica uma atenção particular às áreas de concentração de carências sociais, económicas e ambientais, apostando na regeneração das áreas desfavorecidas ou em declínio, em

particular nos BIP/ZIP (bairros e zonas de intervenção prioritária). Uma intervenção neste domínio, que vise, de forma global e integrada, dar resposta à concentração de carências e vulnerabilidades que se verificam nestas áreas, será crucial para a coesão social e territorial da cidade, bem como para a inclusão das comunidades que nelas habitam e onde se encontra parte significativa da população jovem da cidade, garante do seu futuro;

- **Reforçar o apoio social e combater a pobreza** - capitalizando a vasta rede social existente em Lisboa e a intensa energia social que essa rede deixa transparecer, é fundamental assegurar o reforço dos mecanismos de apoio social e combate à pobreza, promovendo uma luta eficaz contra a exclusão. O contexto actual torna mais premente a atuação neste domínio, em particular uma acção precoce que evite o acumular e agravar de situações de exclusão. As intervenções neste domínio devem contemplar ações abrangentes envolvendo dimensões como, por exemplo, a habitação, acessibilidade a bens e serviços ou a qualificação, por forma a dar respostas integrais, ou pelo menos o mais completas possíveis, a fenómenos complexos que podem contribuir para uma deterioração da qualidade de vida na cidade.

4.2.3.1.3 Promover a cultura e a criatividade

A cultura e a criatividade são dimensões fundamentais da vida humana. É através da cultura e da criatividade que o ser humano realiza o pleno potencial do seu desenvolvimento, se relaciona com o mundo e com os outros, torna-se parte, identifica-se e faz avançar uma civilização, uma cultura e um território, e alcança, por esta via, uma vida satisfatória e compensadora. A cultura e a criatividade são ainda a ponte entre o passado e o futuro, enraizam-se e bebem do património das gerações passadas e são a fonte da evolução e do desenvolvimento futuro. Para além destes fatores, são ainda crescentemente reconhecidas como setores que têm tido maior crescimento a nível económico e dos que mais podem potenciar o setor turístico.

Por todas estas razões, a promoção da cultura e da criatividade são fundamentais e devem ser desenvolvidas prioritariamente em dois domínios:

- **Conservar e promover o património cultural** – o património cultural, material e imaterial, é o repositório dos valores históricos, artísticos, memoriais, identitários, entre outros, de uma sociedade. É o que a torna única e singular e o que permite o sentimento de identidade e de pertença da sua população, fundamental para a coesão da sociedade e a continuidade de uma civilização. A sua conservação e promoção são fundamentais para assegurar a continuidade destes valores para as gerações futuras e para o aproveitamento de um dos principais recursos para a competitividade e atratividade das cidades num mundo globalizado;
- **Estimular a oferta cultural e artística** – uma oferta cultural e artística diversificada e estimulante é cada vez mais um fator decisor para a escolha de uma cidade como destino, seja para habitar, visitar ou trabalhar. É também fundamental para promover o conhecimento, o desenvolvimento intelectual da população e o potencial da sociedade na economia da sociedade do conhecimento. A promoção desta oferta, com

base nos valores da autenticidade, qualidade e diversidade, é uma aposta que Lisboa tem de reforçar no futuro.

4.2.3.2 Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania



A afirmação de uma cidade global, moderna e cosmopolita exige uma valorização da interculturalidade e da diversidade e a promoção da cidadania. Lisboa foi, durante séculos, cidade de destino de diferentes povos, que soube acolher e integrar. A matriz de desenvolvimento de Lisboa é uma matriz intercultural, que permite à cidade beneficiar do espírito empreendedor de muitas dessas comunidades que a procuraram para viver. A afirmação dessa dimensão intercultural da cidade de Lisboa contribui para reforçar o poder de atração de Lisboa.

Neste contexto é necessário agir nos seguintes domínios:

- **Promover o diálogo e as iniciativas interculturais** – para assegurar o adequado acolhimento e espaço de expressão às populações de diferentes culturas que escolhem Lisboa como espaço para viver, e para que as mesmas possam dar o seu contributo pleno ao desenvolvimento da cidade, nomeadamente por via do elevado empreendedorismo que tradicionalmente evidenciam. A interculturalidade é assim um dos vetores identitários de Lisboa que deve ser promovido;
- **Apoiar o associativismo e as ações em rede** – o apoio ao associativismo, fortemente presente em Lisboa, deve ser reforçado tendo em conta a sua natureza de manifestação de uma cidadania ativa que importa promover. Por outro lado, a criação/fortalecimento de redes de cooperação e colaborativas são cada vez mais reconhecidas como desempenhando um papel essencial no modelo de desenvolvimento contemporâneo, e são uma via importante para a promoção da coesão e da integração social. O apoio às organizações e às iniciativas promovidas por estas instâncias é uma aposta necessária no desenvolvimento de uma cidade que se quer coesa e democrática;
- **Incentivar a participação e as iniciativas locais** – as ações da sociedade civil, em particular as iniciativas de base local, devem ser incentivadas pelo potencial que encerram de promoção da participação cívica, de desenvolvimento enraizado nas potencialidades locais e de assegurar respostas mais adequadas a um conjunto alargado de necessidades das populações. Neste contexto, o incentivo a estas iniciativas integra na estratégia mais ampla da cidade de promover a qualidade de

vida, a integração social e a cidadania, bem como a otimização e valorização dos recursos locais.

4.2.3.3 Melhorar o funcionamento urbano



A melhoria do funcionamento urbano é essencial num mundo em rápida transformação, com base nas comunicações, na mobilidade e eficiência dos sistemas e serviços das cidades, em que o tempo assume precedência sobre o espaço e no qual a redução de distâncias e dos obstáculos à acessibilidade são pilares do desenvolvimento humano e da economia. Neste contexto é necessário agir em três domínios:

- **Aumentar a conectividade** – as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são a base sobre a qual se processa o desenvolvimento e o crescimento na sociedade do conhecimento. São um pré-requisito não só para manter e potenciar o tecido económico existente e para a inclusão da população na sociedade do conhecimento e promover o emprego, como para criar as condições para novas atividades emergentes e a atração de investimento externo, pelo que a modernização de Lisboa terá de assentar sobre o desenvolvimento e a aplicação das TIC;
- **Melhorar a acessibilidade** – a acessibilidade é hoje um tema central no debate sobre o desenvolvimento urbano. A necessidade de promover um desenvolvimento sustentável, de preparar as cidades para uma sociedade em processo de envelhecimento e de criar as condições para um desenvolvimento familiar adequado e seguro para as crianças, a par de uma melhoria na logística urbana, são apostas necessárias para assegurar o futuro de Lisboa que deve encontrar novas soluções para assegurar a logística urbana integrada com soluções de mobilidade inovadoras e sustentavelmente adequadas;
- **Otimizar os sistemas e serviços urbanos** – o funcionamento das cidades depende do correto e adequado funcionamento de um leque alargado de sistemas e de serviços, que criam as condições para que a vida e as atividades se processem de forma facilitada e em condições de qualidade. A promoção de uma maior eficiência e qualidade destes sistemas e serviços são também apostas necessárias tornar Lisboa uma cidade melhor gerida e mais atrativa para se trabalhar e se viver.

4.2.3.3.1 Aumentar a conectividade

A afirmação da economia do conhecimento como novo produto de inovação tecnológica, em torno das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC), com impacte na “redução do tempo e do espaço” e no aumento da conectividade, bem como a consolidação de uma economia sem fronteiras, como resultado do reforço das multinacionais e de cadeias de valor globalizadas, contribuem para o reposicionamento competitivo da economia portuguesa, o qual só é possível com uma metrópole competitiva com espaços qualificados que potenciem a inovação e atraiam capital, competências e rendimento do exterior. Neste contexto, e no que respeita ao aumento da conectividade, existem duas linhas de ação principais:

- **Disponibilizar o acesso às TIC** – nomeadamente, em termos de infraestruturas, do acesso a banda larga, da maximização do acesso por parte da população e da promoção das competências e capacidades necessárias para uma verdadeira inclusão digital;
- **Incentivar a aplicação das TIC** – as TIC são atualmente um dos instrumentos disponíveis que podem desempenhar um papel fundamental para a melhoria da gestão, da produtividade e da utilização dos recursos nos mais diversos domínios, seja no âmbito da gestão da própria cidade, seja no desenvolvimento das atividades económicas e dos sistemas produtivos. O incentivo à aplicação das TIC e do conhecimento gerado neste domínio, nomeadamente pelas universidades e centros de inovação e desenvolvimento tecnológico, tanto por parte das instituições públicas como do setor privado, implica também um aprofundar do trabalho em rede, da colaboração e da parceria entre todos estes atores. Uma atuação neste domínio implica assim ações para reforçar a transferência e aplicação do conhecimento a par da criação de redes e de parcerias com este fim.

4.2.3.3.2 Otimizar os sistemas e recursos urbanos

Para além dos aspetos destacados nos pontos anteriores, as cidades, como realidades complexas e multifacetadas, dependem do funcionamento de um conjunto alargado de sistemas e da prestação adequada de diversos serviços. São exemplo, os sistemas de gestão da mobilidade, da água, dos resíduos sólidos, das telecomunicações, da prevenção e gestão de riscos e catástrofes, mas também os sistemas de proteção e inclusão social, de ensino, formação e aprendizagem, etc.

Estes sistemas têm associados serviços tão diversos como a recolha, seleção e tratamento dos resíduos sólidos, a manutenção e gestão da sinalização de tráfego e de outros dispositivos de informação e comunicação para a mobilidade sustentável, a rega e limpeza de espaços públicos, a manutenção de pavimentos pedonais, clicáveis e rodoviários, a conservação das redes de saneamento, das redes elétricas e de telecomunicações, os serviços de proteção civil, mas também a manutenção e gestão de equipamentos, a promoção e gestão de parcerias (exº a Rede Social de Lisboa), o apoio domiciliário, apoios e incentivos à internacionalização das empresas, de investigadores, professores e estudantes, etc.

O bom funcionamento e a qualidade destes sistemas e serviços é essencial para o suporte da vivência e das atividades desenvolvidas nos meios urbanos, e um fator decisivo para assegurar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento da economia e a atratividade da cidade para pessoas e empresas. Por outro lado, a eficiência do funcionamento desses sistemas e serviços contribui igualmente para racionalizar muitos recursos neles despendidos e para promover a boa gestão da cidade.

A adoção de soluções inovadoras, a promoção de sinergias entre alguns destes sistemas e serviços e a otimização da sua utilização resultará no aumento da sua eficiência e eficácia e numa clara melhoria do funcionamento da cidade.

4.2.3.3 Melhorar a acessibilidade

Existem três domínios essenciais nos quais é necessário atuar com vista à melhoria das acessibilidades: a sustentabilidade ambiental, a logística urbana e a inclusão geracional. Para tal é prioritário:

- **Reduzir a poluição e a emissão de gases** – neste âmbito, as iniciativas a desenvolver são de natureza diversa e de reforço mútuo. Com efeito, a redução do recurso ao transporte privado só pode ser alcançada com ações simultâneas que visem o desencorajamento da sua utilização na cidade, em particular dos mais poluentes, a qualificação da oferta de transportes públicos, e a promoção e viabilização da utilização dos meios suaves de locomoção, em particular, da bicicleta e da mobilidade pedestre;
- **Promover a mobilidade urbana inclusiva** – Lisboa é uma cidade com um relevo acidentado e em que durante muito tempo o automóvel tomou precedência sobre a deslocação pedestre, acrescentando novos obstáculos a uma mobilidade pedonal já de si difícil, ocupando espaços públicos e passeios e tornando-a pouco segura, em particular para a população mais envelhecida, as crianças e a população com mobilidade condicionada. Sendo uma cidade que tem de se preparar para o progressivo envelhecimento da sua população, que pretende aumentar a sua capacidade de atração de famílias, e que se quer inclusiva e sustentável, apostar na promoção de uma mobilidade urbana inclusiva é fundamental para o desenvolvimento de Lisboa;
- **Melhorar a logística urbana** – a otimização das atividades logísticas e de transportes em contexto urbano assume uma importância fulcral seja globalmente para a melhoria da qualidade de vida seja para a melhoria do funcionamento urbano assumindo ainda um contributo relevante para a redução de emissões de gases com efeito de estufa e para uma redução dos consumos de combustíveis. O adequado planeamento destas atividades, que asseguram não só o abastecimento dos centros das cidades mas também toda a circulação de bens e serviços, deve ser um dos objetivos a prosseguir. Para assegurar as funções de mobilidade e sustentabilidade ambiental, Lisboa deve apostar na criação de Centros Logísticos Principais a instalar preferencialmente na periferia da cidade em locais com boas ligações às redes de transporte, na potenciação de Centros Logísticos Secundários em zonas da cidade de maior concentração de

atividades comerciais, aproveitando por exemplo a reconversão de mercados municipais com reduzida atividade.

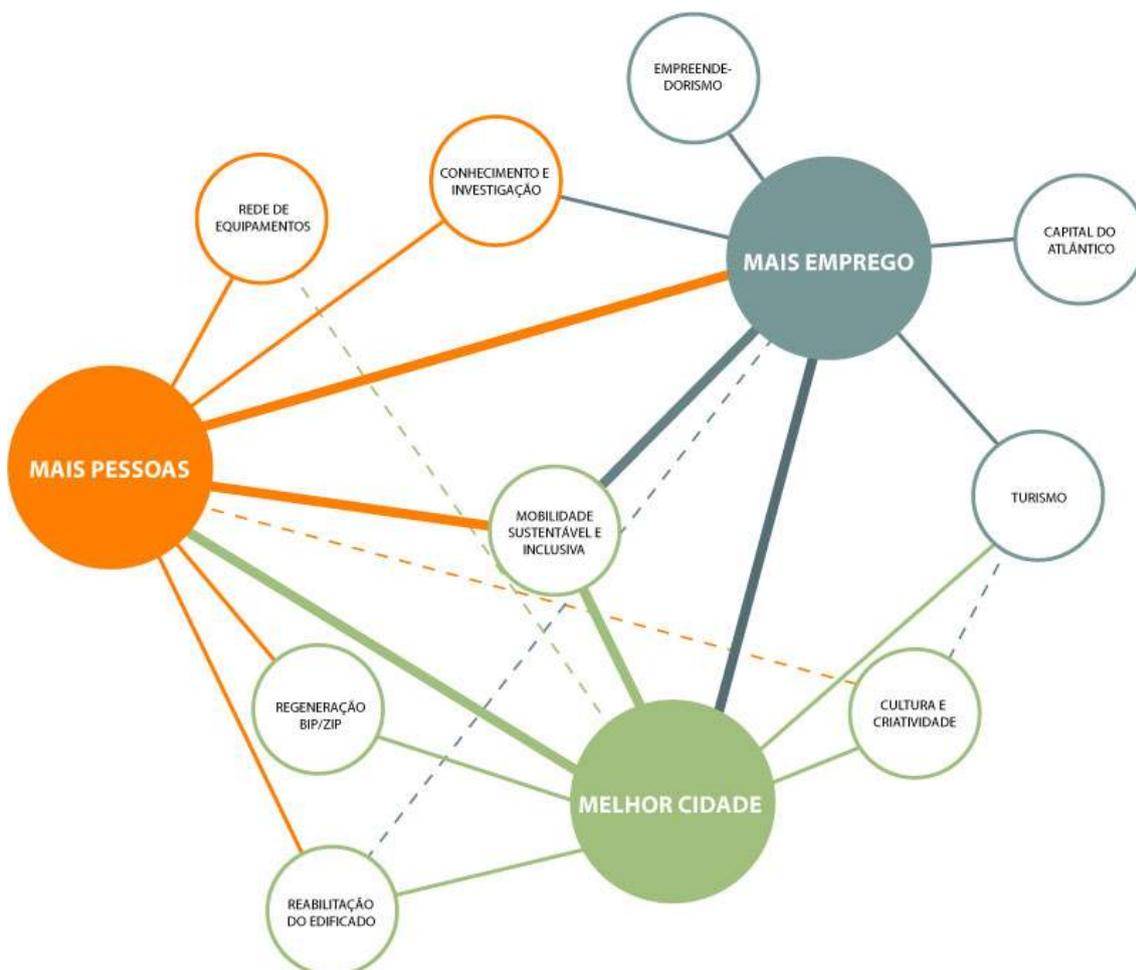
4.3 As intervenções

Para cumprir os objetivos de ter uma Melhor Cidade, com Mais Pessoas e Mais Emprego, está em curso o processo de configuração das intervenções que se consideram estruturantes para Lisboa. São intervenções de natureza variada, que procuram adotar respostas globais e integradas aos desafios enfrentados pela cidade. Pela sua natureza e âmbito, envolverão atores diversos e exigirão fontes de financiamento distintas.

Os instrumentos de apoio financeiro comunitários, a negociar no quadro do Acordo de Parceria, mas também os demais instrumentos que integram o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 constituirão, necessariamente, instrumentos fundamentais para a implementação destas intervenções.

Nesse sentido, a identificação, neste momento, de alguns exemplos de intervenções, que não esgotando as propostas de Lisboa – dado que, o processo ainda se encontra em curso – permite ilustrar algumas das abordagens integradas a discutir com as instituições comunitárias e a incluir no Acordo de Parceria ou no âmbito de outras iniciativas comunitárias cujo desenho se encontra em desenvolvimento.

O esquema seguinte apresenta essas intervenções, as relações entre estas e quais os objetivos mais diretos a que dão resposta.



Estando em cursos a apreciação e seleção dos projetos e iniciativas a desenvolver, é possível desde já destacar as principais características das intervenções agora identificadas e que se consideram estruturantes:

- **Reabilitação do Parque Edificado/Prevenção de Riscos** – a capacidade de atração e retenção da população exige uma oferta habitacional adequada. No contexto de uma cidade consolidada, mais do que promover a construção nova, a reabilitação do edificado é fundamental, para assegurar a conservação do património arquitetónico, o aumento da atratividade, da qualidade de vida e do ambiente urbano bem como garantir o estímulo à atividade económica e à investigação em termos de novos materiais e técnicas construtivas que a promoção desta reabilitação pode configurar. Por outro lado, dada a necessidade de consolidar maior sustentabilidade ambiental e prevenir os efeitos dos riscos associados a catástrofes, é fundamental intervir no edificado para melhorar a eficiência energética e a robustez estrutural, nomeadamente para fazer face a riscos sísmicos. A criação de instrumentos de promoção da reabilitação e da investigação e inovação em domínios associados a essa reabilitação é de capital importância. A mobilização, no quadro do Acordo de Parceria, de instrumentos como Operações Integradas, Ações Urbanas Inovadoras ou Investimentos Territoriais Integrados, é uma importante oportunidade para viabilizar intervenções neste domínio.
- **Acessibilidade para Todos / Mobilidade Inteligente e Inclusiva** - o fomento da mobilidade sustentável é uma prioridade no próximo período de programação. No espaço urbano, essa questão coloca-se com particular acuidade dada a concentração de tráfego, com as respetivas consequências em termos de emissões. Lisboa tem ainda como agravante a sua orografia, com implicações relevantes para a acessibilidade, em particular de idosos ou pessoas com mobilidade condicionada. Uma intervenção global no domínio da mobilidade sustentável e inclusiva na cidade de Lisboa, conjugando novas tecnologias, incentivo à utilização de transportes coletivos, acalmia e moderação de tráfego e soluções de acessibilidade para todos, articulada com intervenções de escala metropolitana, pode gerar importantes contributos para a prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 no que se refere à redução de emissões de carbono. Acresce ainda um efeito relevante em termos de combate à exclusão, otimização do funcionamento e gestão das infraestruturas e melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano. Neste domínio a possibilidade de financiamento através de instrumentos como Ações Urbanas Inovadoras ou Investimentos Territoriais Integrados constitui uma oportunidade.
- **Empreendedorismo e empregabilidade para a coesão** – No quadro da promoção de um crescimento inteligente e inclusivo, e que contribua para alcançar a meta estabelecida em termos de abandono escolar, é desejável configurar uma intervenção focada na promoção da empregabilidade dos jovens que abandonaram a escolaridade de forma precoce e dos adultos que vivem situações de desemprego, em particular, de longa duração. Intervenções neste domínio podem adotar lógicas territoriais integradas em territórios prioritários, explorando sinergias entre os mecanismos de formação e qualificação tradicionais com abordagens de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais.

- **Lisboa Capital Europeia do Atlântico** – a afirmação de Lisboa enquanto Capital Europeia do Atlântico impõe o aproveitamento das potencialidades associadas à sua localização e à exploração dos recursos marinhos. Em particular, o quadro de oportunidades aberto pelo alargamento da Plataforma Continental é muito relevante, sendo fundamental afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de algumas das atividades e centros de conhecimento associados à exploração dessas iniciativas. Afirmando Lisboa como Centro de Conhecimento do Mar e reforçar as atividades ribeirinhas é também determinante. A consolidação do papel de Lisboa enquanto espaço de mediação das relações entre a UE e os países lusófonos constitui outro potencial de afirmação da cidade que deve ser desenvolvido.
- **Afirmação do Turismo** na base económica de Lisboa, explorando as dimensões Negócios/ Património/ Cultura – O turismo é um dos setores em maior crescimento na Europa e Lisboa tem-se vindo a afirmar enquanto destino turístico, ambicionando aumentar o seu capital de atração neste domínio. Tendo em conta os segmentos turísticos de maior oportunidade para Lisboa, como sejam o turismo de negócios e o cultural, as intervenções neste domínio são multifacetadas, envolvendo desde a valorização de componentes culturais e patrimoniais até à melhoria da informação destinada aos turistas. A construção de um Centro de Congressos com maior capacidade de acolhimento, uma das intervenções mais estruturantes neste âmbito, permitirá explorar o nicho dos grandes congressos de negócios.
- **Promover a cultura e a criatividade** – No quadro da promoção de um desenvolvimento sustentável, que contribui ainda para a afirmação do turismo, para a melhoria da qualidade de vida na cidade e para a capacidade de atrair nova população, é determinante promover a cultura e a criatividade. Para além destes fatores, as indústrias culturais e criativas são um setor cujo desenvolvimento é estratégico no quadro da sociedade do conhecimento. Assim, nesse domínio, as iniciativas e projetos de conservação e promoção do património cultural, seja arquitetónico, artístico ou de paisagem, de reforço da oferta cultural e artística e de apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas são centrais. A exploração de oportunidades no âmbito da iniciativa europeia Europa Criativa poderá também contribuir para densificar e aprofundar as intervenções, para além das que podem ser desenvolvidas de forma integrada, nomeadamente através de abordagens de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais.
- **Regeneração de BIP/ZIP** - a capacidade de fazer de Lisboa uma melhor cidade, fomentar a coesão social e promover um desenvolvimento inclusivo exige que sejam continuadas e reforçadas as intervenções de regeneração de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, áreas de concentração de carências sociais, económicas e ambientais, apostando na regeneração das áreas desfavorecidas ou em declínio. Nestas intervenções em territórios prioritários devem ser contempladas abordagens integradas, congregando instrumentos de Desenvolvimento Liderado pelas Comunidades Locais com investimentos territoriais integrados.
- **Consolidação, racionalização e rendibilização da rede de equipamentos** - para cumprir o desígnio de manter e atrair pessoas, a cidade tem de ser apelativa em termos de qualidade de vida e assegurar condições para a evolução familiar. Em

particular, é fundamental assegurar uma cidade amiga das crianças e dos idosos. Para esse fim, só uma oferta de equipamentos e de condições de utilização adequados, incluindo equipamentos escolares, culturais, desportivos, de saúde e sociais, criar condições para famílias com crianças ou os idosos permanecerem ou ponderarem vir residir para Lisboa. Por outro lado, somente através da consolidação da rede de equipamentos, promoção do seu uso adequado e garantia da acessibilidade universal, se pode caminhar no sentido da coesão social e territorial que a cidade ambiciona. A Carta de Equipamentos da cidade de Lisboa está identificada e a sua implementação deverá ser prosseguida, promovendo uma utilização racional e a sua rendibilização congregando as parcerias com os atores sociais, desportivos e culturais adequados.

- **Lisboa Cidade da Aprendizagem e da Investigação** – Lisboa tem já hoje uma vocação universitária, frequentemente desvalorizada, sendo a maior cidade universitária portuguesa, com mais de 140 mil estudantes e inúmeros centros de investigação. A exploração deste potencial em termos económicos e de desenvolvimento da cidade é fundamental. Intervenções destinadas a melhorar a atratividade de Lisboa enquanto espaço de aprendizagem e de investigação, seja destinada a alunos e investigadores nacionais como internacionais, deve contemplar ações que promovam, entre outras dimensões, uma oferta habitacional, condições de acolhimento e desenvolvimento de atividade e uma programação cultural adequadas. Neste domínio seria determinante **afirmar Lisboa enquanto centro de conhecimento e de investigação de excelência**. Para esse fim, é fundamental reforçar a inserção das instituições de investigação da cidade nas redes internacionais de investigação, permitindo um melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento europeu nos domínios da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, que conheceram um claro reforço no quadro do programa Horizonte 2020. Tendo em conta que estes financiamentos são atribuídos numa lógica de competição sem envelopes nacionais, uma aposta bem-sucedida neste domínio permitirá um reforço das verbas disponibilizadas para Portugal. Seria um marco que aumentaria a capacidade de **atrair para Lisboa uma co-localização de um pólo do EIT**, em particular nas **áreas do Envelhecimento Ativo e Saúde**. Essa co-localização daria visibilidade às instituições de investigação portuguesas que integrassem esse pólo e atrairia novos investigadores para Lisboa e Portugal. Permitiria ainda congregar instituições universitárias, empresas (por exemplo dos setores farmacêutico e biotecnologia), e instituições públicas, inseridas numa lógica de rede internacional, e beneficiar da oportunidade criada pela instalação do novo Hospital de Lisboa Oriental. Sendo que Lisboa é, em Portugal, o território com mais potencialidades e massa crítica para promover o aproveitamento das oportunidades nesta área, este desafio deve ser assumido na preparação do Acordo de Parceria. A assunção deste projeto enquanto um Plano de Ação Conjunto, beneficiando de apoios de instrumentos nacionais mas também de outros instrumentos comunitários, é uma oportunidade para a sua viabilização.

Como referido, a configuração destas intervenções está em curso, congregando os parceiros e atores mais relevantes para cada uma delas. Nesse processo está a ser avaliado, desenvolvido, validado e aprofundado um leque alargado de propostas apresentado em anexo, que foi reunido no âmbito do processo de audição dos parceiros,

dos serviços da Câmara e das *'call for ideas'* lançadas, e que esteve na base deste primeiro leque de intervenções apresentado.